



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ESTEFANY BEZERRA DA SILVA MATIAS**

**AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL DE 2008  
SOBRE O LUCRO DOS BANCOS BRASILEIROS**

**Natal/RN**

**2014**

**ESTEFANY BEZERRA DA SILVA MATIAS**

**AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL DE 2008  
SOBRE O LUCRO DOS BANCOS BRASILEIROS**

Monografia apresentada à Coordenação de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Me. Luiz Vieira de Oliveira Sobrinho

**Natal/RN**

**2014**

Matias, Estefany Bezerra da Silva.

Avaliação dos efeitos da crise financeira internacional 2008 sobre o lucro dos bancos brasileiros / Estefany Bezerra da Silva Matias. - Natal, RN, 2014.

43f. : il.

Orientador: Prof. M. Sc. Luiz Vieira de Oliveira Sobrinho.

Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de

**ESTEFANY BEZERRA DA SILVA MATIAS**

**AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL DE 2008  
SOBRE O LUCRO DOS BANCOS BRASILEIROS**

Monografia apresentada à Coordenação de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

**BANCA EXAMINADORA DA MONOGRAFIA**

---

Prof. Me. Luiz Vieira de Oliveira Sobrinho - Orientador

---

Prof. Dr. Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira

---

Prof. Me. Daniele da Rocha Carvalho

Aprovada em: Natal/RN, 18 de junho de 2014.

*Dedico este trabalho a todos que acreditaram  
no meu potencial e me incentivaram a concluir  
o curso.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pelo dom da vida, pela sabedoria, força e perseverança para continuar e nunca desistir.

A minha mãe, Ceiça, pelo carinho e amor sempre presentes, pelos conselhos e apoio nas minhas decisões.

Ao meu marido, Igor, pela compreensão e auxílio nos momentos difíceis e por toda força para que eu não desistisse e lutasse até o fim.

Ao professor e orientador Luiz Vieira, pelo apoio no desenvolvimento deste trabalho e por acreditar no meu potencial.

E por último, agradeço a todos que de alguma forma colaboraram para realização de mais uma etapa da minha vida.

*“Nem olhos viram, nem ouvidos ouviram, nem jamais subiu ao coração do homem o que Deus tem preparado para aqueles que o amam”.*

*1 Coríntios 2.9*

## RESUMO

O sistema financeiro tem especificidades operacionais que o diferenciam dos demais setores da economia. A função de intermediar recursos entre os agentes superavitários, denominados investidores, e os agentes deficitários, tomadores de recursos, coloca os intermediários financeiros no centro do fluxo econômico. As instituições financeiras desempenham papel fundamental na economia, pois além de protegerem e rentabilizarem a poupança dos indivíduos e das empresas, financiam o consumo e o investimento. Em virtude disso, elas participam de operações que as expõem constantemente a diversos riscos. A crise financeira mundial de 2008 expôs muitas falhas regulatórias e institucionais no centro do sistema financeiro mundial, que até aquele momento não haviam sido percebidas. Partindo dessa ideia, este estudo teve como objetivo avaliar se a crise financeira de 2008 afetou o lucro dos principais bancos brasileiros. A pesquisa incorporou característica descritiva, bibliográfica, quantitativa e qualitativa. Para isso também fez-se uso de uma amostra não probabilística, partindo de um universo de 50 bancos, onde destes apenas 10 foram escolhidos com base no seu porte, conforme lista divulgada pelo Banco Central. Após as análises, constatou-se que o lucro das instituições financeiras analisadas não sofreu alteração no período da crise.

**Palavras-chave:** Sistema Financeiro. Bancos. Crise. Lucro.



## **ABSTRACT**

The financial system is operational specificities which differentiate it from the other sectors of the economy. The function of intermediating funds between surplus agents, denominated investors, and the deficit agent, borrowers, financial intermediaries puts at the center of economic flow. Financial institutions play a fundamental role in the economy, as well as protect and monetize the savings of individuals and companies, finance consumption and investment. As a result, they participate in transactions that expose them to various risks consistently. The global financial crisis of 2008 exposed many regulatory and institutional failures in the center of the global financial system, which until that time had not been perceived. Based on this idea, this study aims to evaluate whether the financial crisis of 2008 affected the profits of major Brazilian banks. The study incorporated descriptive literature, quantitative and qualitative characteristic. To this also made use of a non-probabilistic sample, from a universe of 50 banks, where only 10 of these were chosen based on their size, as reported by the Central Bank list. After analysis, it was found that the profit of the analyzed financial institutions did not change during the crisis.

**Keywords:** Financial System. Banks. Crisis. Profit.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Pilares do Acordo de Basiléia II

Quadro 2 – Bancos utilizados na pesquisa

Quadro 3 – Divisão dos bancos públicos e privados

Quadro 4 – Inflação consolidada

## **LISTA DE SIGLAS**

**ANBIMA** – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

**BACEN** – Banco Central do Brasil

**BIS** – Banco de Compensações Internacionais

**CMN** – Conselho Monetário Nacional

**COPOM** – Comitê de Política Monetária

**EUA** – Estados Unidos da América

**FEBRABAN** – Federação Brasileira dos Bancos

**FINAM** – Fundo de Investimentos da Amazônia

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**SFN** – Sistema Financeiro Nacional

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA	12
1.2	OBJETIVOS	15
1.2.1	Objetivo Geral	15
1.2.2	Objetivos Específicos	15
1.3	JUSTIFICATIVA	15
1.4	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	16
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>17</b>
2.1	SISTEMA FINANCEIRO E RISCO NO SEGMENTO BANCÁRIO	17
2.2	REGULAÇÃO BANCÁRIA	21
2.3	CRISE FINANCEIRA MUNDIAL DE 2008	24
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>27</b>
3.1	TIPOLOGIAS DE PESQUISA	27
3.2	UNIVERSO E AMOSTRA	28
3.3	INSTRUMENTO E PROCESSO DE COLETA DE DADOS	28
3.4	LIMITAÇÕES DO MÉTODO	29
<b>4</b>	<b>DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b>	<b>29</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>36</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>38</b>
	APÊNDICE A – LUCRO LÍQUIDO DOS BANCOS PÚBLICOS	41
	APÊNDICE B – LUCRO LÍQUIDO DOS BANCOS PRIVADOS	4



# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Os bancos podem ser definidos como intermediários financeiros que canalizam as poupanças de indivíduos, empresas e governo para empréstimos e financiamentos. Gitman (1997) descreve que algumas instituições financeiras captam poupanças e emprestam esses fundos a seus clientes; outras investem as poupanças de seus clientes em ativos rentáveis, tais como ações e títulos de dívida; e ainda existem outras que tanto emprestam fundos como aplicam as poupanças. Assim, uma conceituação bastante abrangente poderia ser a de propiciar condições satisfatórias para a manutenção de recursos entre poupadores (superavitários) e tomadores (deficitários).

As instituições financeiras desempenham papel fundamental na economia, pois além de protegerem e rentabilizarem a poupança dos indivíduos e das empresas, financiam o consumo e o investimento. É através dos bancos que são possíveis os pagamentos de inúmeras transações diárias de maneira rápida, segura e eficiente devido aos avançados sistemas de pagamentos disponibilizados aos clientes e usuários.

Barbosa (2010) afirma que o crescimento da economia sempre foi suportado e impulsionado pela atividade bancária. Segundo Krugman (2008), a importância do mercado financeiro na economia é dada, entre outras razões, pela redução dos custos e dos riscos das operações e pelo aumento da liquidez nas transações. De acordo com a FEBRABAN, um sistema financeiro saudável, ético e eficiente é condição essencial para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do País.

Dada a importância dos bancos para a economia, o setor bancário é uma das áreas que mais demanda estudos e pesquisas. Segundo Capelletto (2006), as pesquisas integram as mais

variadas áreas das ciências e abordam desde aspectos estruturais, como a organização e o funcionamento, até conjunturais, como o comportamento e as inovações. Isto porque as instituições financeiras participam de operações que as expõem a diversos riscos, tais como: risco de liquidez, mercado, crédito, operacional, sistêmico, entre outros. Esta exposição caracteriza um dos principais focos de monitoramento dos órgãos reguladores.

O Objetivo da regulação bancária é criar uma rede de proteção contra crises, monitorando o comportamento dos bancos, minimizando os riscos inerentes ao setor e garantindo a solidez do sistema financeiro. Segundo Carneiro, Vivan e Krauser (2004), a supervisão bancária eficaz está voltada para a regulação prudencial, monitoramento da gestão e requerimentos de capital mínimo que possam sustentar as exposições a riscos.

De acordo com Capelletto (2006), o papel relevante e central no crescimento e desenvolvimento econômico de qualquer país, faz com que o sistema financeiro seja objeto de preocupação tanto de autoridades nacionais (bancos centrais e órgãos de supervisão) como internacionais (BIS e FMI).

Fruto das preocupações com a possibilidade de crises no mercado financeiro foi firmado em 1988 o Acordo de Basiléia, que de acordo com Carneiro, Vivan e Krauser (2004), transformou significativamente a regulação bancária em todo mundo, pois formulou um compêndio de princípios essenciais para uma supervisão bancária eficaz voltada para regulamentação prudencial.

Apesar de todos os princípios e normas que norteiam o setor bancário internacional, traduzidos em acordos mundiais conhecidos como Basiléia I e II, a crise imobiliária norte-americana de 2008 expôs certa fragilidade do sistema. Foram colocados em xeque os princípios básicos da regulação e supervisão bancária atualmente em vigor.

A crise econômico-financeira mundial teve seu auge em 2008 e sua origem na emissão de crédito imobiliário a pessoas sem recursos (denominadas de clientes sub-prime) nos

Estados Unidos. A tensão financeira se espalhou por todo o sistema bancário norte americano quando esses tomadores de crédito não foram capazes de saldar os empréstimos, levando os bancos a executar a hipoteca dos imóveis e a ofertá-los novamente no mercado.

Os mercados interbancários passaram a exibir sinais de estresse, com baixa liquidez e maior aversão ao risco. Diante da intensa incerteza sobre a magnitude da exposição das distintas instituições ao mercado hipotecário americano, os bancos passaram a ter grande relutância em prover liquidez a seus contrapartes, mesmo os habituais. Assim, a crise ganhou visibilidade e intensidade e foi transformada em uma crise financeira sistêmica, causando perdas para o setor bancário.

O estopim para que a crise tomasse proporção mundial foi o pedido de concordata do banco de investimento Lehman Brothers. As desastrosas repercussões da falência do Lehman levaram as autoridades econômicas dos EUA a intervirem em diversas outras instituições, dentre as quais a maior instituição de poupança e empréstimo, a Washington Mutual, provocando pânico no mercado financeiro internacional e valorização da moeda norte-americana. Segundo Gontijo e Oliveira (2011), a abrupta desvalorização do real afetou principalmente as empresas brasileiras que possuíam dívidas no exterior ou que possuíam contratos derivativos atrelados ao dólar. A saída de recursos estrangeiros do país afetou também os bancos brasileiros que dependiam da captação de recursos externos.

Considerando a relevância do sistema de intermediação financeira e sua influência sobre a economia, quais os efeitos da crise financeira internacional de 2008 sobre o lucro líquido dos principais bancos brasileiros de capital aberto?



## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Avaliar os impactos da crise financeira internacional de 2008 sobre o lucro dos principais bancos de capital aberto do País.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Com o fim de alcançar o objetivo geral proposto, são traçados os seguintes objetivos específicos:

- Revisar os conceitos referentes ao mercado financeiro;
- Apresentar as principais causas da crise internacional de 2008;
- Analisar a Demonstração do Resultado do Exercício, do período de 2003 a 2013, das dez maiores Instituições Financeiras de capital aberto do Brasil, segundo o BACEN.
- Analisar o lucro líquido, descontada a inflação, do período de 2003 a 2013, das dez maiores Instituições Financeiras de capital aberto do Brasil.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

Decorridos aproximadamente quatro anos da sucessão de eventos que marcaram a crise financeira internacional de 2008, diversos diagnósticos foram elaborados no sentido de explicar suas principais causas e guiar as mudanças regulatórias e de estrutura consideradas adequadas para evitar novos eventos dessa natureza, uma vez que a ocorrência de crises financeiras provoca desequilíbrios em toda a economia.

O desenvolvimento econômico e social sustentável de um país depende, dentre outras coisas, de um sistema financeiro sólido, ético e eficiente. Os bancos são importantes para o

crescimento econômico, porém se a economia estiver em recessão os próprios bancos não conseguem progredir.

Em face da importância do setor bancário para o desenvolvimento econômico do País o presente trabalho visa avaliar as influências da crise financeira mundial de 2008 sobre o lucro líquido dos bancos brasileiros e se justifica por colaborar com a discussão dessa temática e contribuir para futuras pesquisas afins, somando aos demais estudos já realizados.

#### 1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa tem como restrição temporal o período entre 2003 e 2013 para analisar o lucro líquido e o lucro por ação dos 10 (dez) maiores bancos de capital aberto do País, de acordo com o relatório “50 Maiores Bancos e o Consolidado do Sistema Financeiro Nacional” publicado pelo Banco Central em dezembro de 2013.

O processo de amostragem escolhido foi o não probabilístico, por referir-se a um universo restrito, pois os bancos foram escolhidos a partir dos que constavam na publicação utilizada, num total de 50 bancos.

O resultado do estudo proposto não se aplica à instituições de outros setores, uma vez que as instituições do mercado bancário possuem características peculiares.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 SISTEMA FINANCEIRO E RISCO NO SEGMENTO BANCÁRIO

De acordo com Fortuna (2009), o sistema financeiro pode ser conceituado como um conjunto de instituições que se dedicam, de alguma forma, ao trabalho de propiciar condições satisfatórias para a manutenção de um fluxo de recursos entre poupadores e investidores. Essas instituições são caracterizadas pela Lei da Reforma Bancária (4.595/64), em seu artigo 17 que estabelece:

Art. 17. Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas e privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, a intermediação ou a aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

Abreu (2011) define o SFN como um conjunto de instituições e instrumentos financeiros que possibilita a transferência de recursos dos doadores finais para os tomadores finais, e cria condições para que títulos e valores mobiliários tenham liquidez no mercado financeiro.

Segundo Fortuna (2009), o mercado financeiro pode ser dividido em dois grandes grupos: o subsistema normativo e o subsistema de intermediação financeira. No subsistema normativo estão os órgãos que não possuem funções executivas, ou seja, são responsáveis pela fixação de diretrizes e pela supervisão bancária. No subsistema de intermediação estão as demais instituições e agentes financeiros que operam no sistema.

Segundo ABREU (2011), o órgão máximo do sistema financeiro é o Conselho Monetário Nacional, responsável pela fixação de diretrizes e normas que regulam o mercado

financeiro. De acordo com o Banco Central, o CMN tem a responsabilidade de formular a política da moeda e do crédito, objetivando a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do País. A secretaria executiva do conselho é exercida pelo Banco Central do Brasil a quem compete as funções de cumprir e fazer cumprir as disposições que regulam o funcionamento do sistema. Para Fortuna (2009), é por meio do BACEN que o Estado intervém diretamente no sistema financeiro e, indiretamente, na economia.

Além do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central, o subsistema normativo ainda é composto pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Conselho de Recursos do SFN, Superintendência de Seguros Privados e pela Secretaria de Previdência Complementar. Todos com função normativa e fiscalizadora, conforme BACEN.

O subsistema de intermediação de acordo com Gitman (1997) é formado pelas seguintes instituições financeiras: banco comercial, banco de poupança, associação de poupança e empréstimo, cooperativa de crédito, companhia de seguros de vida, fundos de pensão e fundo mútuo. Para Assaf Neto (2005), os bancos constituem as maiores instituições do sistema financeiro e além da intermediação financeira prestam diversos serviços aos seus correntistas como cobranças, seguros, corretagem, transferências de fundos, ordens de pagamento, serviços de câmbio, etc.

O SFN encontra-se sinteticamente previsto no artigo 192 da Constituição Federal de 1988, que, em sua redação original, já estabelecia que “o sistema financeiro nacional deve ser estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade”. O legislador deixa evidente a relevância que as instituições financeiras possuem. De acordo com a FEBRABAN, um sistema financeiro saudável, ético e eficiente é condição essencial para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do País.

Barbosa (2010) afirma que o crescimento da economia sempre foi suportado e impulsionado pela atividade bancária. Segundo Krugman (2008), a importância do mercado financeiro na economia é dada, entre outras razões, pelo desempenho de tarefas de redução de custos de transação, dos riscos das operações e aumento da liquidez. As instituições financeiras desempenham papel fundamental na economia, pois além de protegerem e rentabilizarem a poupança dos indivíduos e das empresas, financiam o consumo e o investimento. É através dos bancos que são possíveis os pagamentos de inúmeras transações diárias de maneira rápida, segura e eficiente devido aos avançados sistemas de pagamentos disponibilizados aos clientes e usuários.

Dada a importância das instituições financeiras para a economia, Fortuna (2009) afirma que a globalização e a crescente integração internacional dos mercados financeiros e de capitais fez aumentar a diversidade de possibilidades de risco às quais uma instituição financeira se expõe. Ainda segundo Fortuna (2009), as instituições financeiras não somente assumem riscos como intermediários financeiros que o são, fazendo ligação entre doadores e tomadores de recursos, mas, também, assumindo posições de risco por sua própria responsabilidade.

Reis e Martins (2001) afirmam que o risco é o aspecto de incerteza envolvido no processo decisório. Para Fortuna (2009), o conceito de risco está atrelado a ideia de possibilidade de perda. Segundo Gitman (1997, p. 202), “risco em seu sentido fundamental, pode ser definido como a possibilidade de prejuízo financeiro ou, mais formalmente, a variabilidade de retornos associados a um determinado ativo”.

Segundo Fortuna (2009), os tipos de risco a que se expõe uma instituição financeira são: risco de crédito, mercado, liquidez, operacional e legal. Dependendo da atividade principal da instituição, ela estará sujeita a uma maior ou menor influência de cada um destes tipos de risco.

De acordo com Abreu (2011), o risco de crédito está associado a possíveis perdas que um credor possa ter pelo não pagamento por parte do devedor dos compromissos assumidos em uma data acertada. Pode surgir, por exemplo, em operações de empréstimos, aquisições de títulos ou operações com derivativos. Segundo Capelletto (2006 apud BESSIS 1998), para se mensurar adequadamente o risco de crédito, duas dimensões devem ser observadas. Uma de ordem quantitativa, relativa ao montante de crédito concedido, e a outra qualitativa, que abrange aspectos como a situação econômico-financeira do tomador do crédito, o histórico de inadimplimento, a aplicação dada aos recursos, a moeda, o indexador e o prazo da operação, a atividade econômica predominante e as garantias recebidas.

Fortuna (2009, p. 753) afirma que “o risco de mercado origina-se de qualquer mudança de valor dos ativos e passivos detidos pela instituição financeira, quer sejam os vinculados a taxas de juros, a taxa de câmbio, ou sejam negociados nos mercados de renda variável”. Este tipo de risco está essencialmente ligado aos preços dos componentes do mercado, e por esta razão, também pode ser chamado de risco de preço.

O risco de liquidez é definido por Capelletto (2006) como a possibilidade de descasamento de prazo, indexador, moeda e valor entre os pagamentos e os recebimentos. O CMN, através da Resolução 2.804, de 21/12/00, estabeleceu as regras que as instituições financeiras e demais instituições por ele autorizadas a funcionar devem seguir para gerenciar e controlar, de forma diária e permanente, os riscos de liquidez a que estão expostas, em função das posições por elas assumidas no mercado financeiro.

De acordo com Fortuna (2009), entende-se por risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras como decorrência de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou provenientes de eventos externos. No processo de enquadramento das instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN nas regras do Acordo de Basiléia II, o CMN, através da Resolução 3.380, de 29/06/06, estabeleceu como

devem ser implementadas as estruturas de gerenciamento do risco operacional. Entre os eventos de risco operacional incluem-se: fraudes internas e externas; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na instituição.

O risco legal ocorre, conforme descrito por Fortuna (2009), pelo descuido ou pela incompetência da instituição financeira em cumprir determinações legais ou regulamentares relacionadas às suas operações ativas ou passivas ou, então, pela quebra de regras contratuais e suas consequências.

Considerando a sensibilidade das instituições do mercado financeiro e a elevada exposição aos diferentes tipos de risco o setor bancário é objeto de diversos estudos e com regulamentação bem definida no cenário mundial. De acordo com Jorian (2003) a regulamentação é necessária devido aos efeitos provocados por uma possível ingerência dos recursos da instituição que coloca em risco o capital de seus próprios acionistas.

## 2.2 REGULAÇÃO BANCÁRIA

Segundo Fortuna (2009, p. 743), “a fragilidade financeira a que fica exposto o sistema financeiro internacional, a partir das possibilidades de especulação desestabilizadora, ou mesmo manipulação, exige medidas fiscalizadoras e regulatórias de abrangência global”. Segundo Mendonça (2006), foi a partir da década de 90 que se começou a realizar esforços no sentido de regular e supervisionar mercados financeiros. Os esforços realizados culminaram em uma estratégia de regulação através de acordo firmado na cidade de Basileia (Suíça) em 1988, denominado de acordo de Basileia.

Segundo o BACEN, o Acordo de Basileia I teve como objetivo criar exigências mínimas de capital que devem ser respeitadas como precaução contra o risco de crédito e

estabelecer padrões de solvência e liquidez internacionais. Para Fortuna (2009), a exigência de capital mínimo objetiva cobrir as exposições das instituições financeiras aos riscos assumidos em suas operações e, dessa forma, garantir a manutenção de níveis confortáveis de capitalização.

De acordo com Capelletto (2006), o Acordo de Capital da Basileia estabeleceu a aferição do valor em risco com base na relação entre os ativos e o patrimônio líquido, modificando a forma vigente que utilizava o endividamento, calculado pela razão entre o passivo e o patrimônio líquido.

O acordo procurou homogeneizar regras de todos os sistemas financeiros, tendo em vista a globalização da economia. Segundo Lima (2005), o Basileia I foi motivado pela percepção de que a intensa concorrência estava induzindo os bancos internacionalmente ativos a assumirem patamares baixos de reserva de capital.

No Brasil, o CMN regulamentou através da Resolução 2.099, de 17/08/94, os limites mínimos de Capital Realizado e de Patrimônio Líquido, mais especificamente denominado de Patrimônio de Referência. Para Fortuna (2009), a resolução teve como objetivo macro enquadrar o mercado financeiro nacional aos padrões de solvência e liquidez internacionais.

O Acordo da Basileia I acabou por sofrer inúmeras críticas por contemplar prioritariamente apenas o risco de crédito. Carvalho (2005) afirma que a definição de uma exigência de coeficientes de capital próprio não tinha como razão central a busca de normas prudenciais, mas sim a equalização de condições competitivas entre os bancos.

As deficiências do acordo de 1988 levou o comitê da Basileia a estruturar um novo acordo, denominado de Basileia II que, em sua versão definitiva, teve sua implantação prevista para o final de 2007 e início de 2008. Segundo Fortuna (2009), o novo acordo é um avanço em termos de escopo da gestão de riscos no mercado financeiro, representando um ganho inquestionável para o sistema financeiro internacional.



De acordo com a ANBIMA, o acordo de Basileia II aumentou a exigência de capital para dar conta de riscos que até então estavam sendo desconsiderados, como o risco operacional. Fortuna (2009) afirma que a estrutura do novo acordo alinha as necessidades regulatórias de capital dos bancos o mais próximo possível dos riscos primários a que estão sujeitos e permite a correta avaliação da suficiência de seu capital em relação aos riscos assumidos.

Segundo Fortuna (2009), o novo acordo está baseado em três pilares, a saber: requerimento de capital mínimo, supervisão bancária e disciplina de mercado. O quadro 1 ilustra os objetivos de cada pilar sobre o qual o Basileia II está estruturado.

Quadro 1 – Pilares do Acordo de Basileia II

PILAR 1 – Requerimento de Capital Mínimo	Seu objetivo é garantir uma melhor alocação de capitais para cobrir as exposições das instituições financeiras aos riscos assumidos em suas operações e, dessa forma garantir a manutenção de níveis adequados de capitalização.
PILAR 2 – Supervisão Bancária	Seu objetivo é estimular a supervisão bancária a agir no sentido de garantir que as instituições financeiras tenham os processos internos necessários e suficientes para identificar e gerenciar suas exposições aos riscos.
PILAR 3 – Disciplina de Mercado	Seu objetivo é estimular a transparência das instituições financeiras, enfatizando a ética e a disciplina de atuação em mercado através de um conjunto de princípios, exigências e ações.

Fonte: Eduardo Fortuna (2009)

A complexidade da estrutura do novo acordo é um reflexo natural dos avanços e inovações do mercado financeiro e da necessidade de uma estrutura de capital que seja mais sensível ao risco. Segundo Capelletti (2011), a implementação das recomendações do comitê de Basileia sobre Supervisão Bancária tem agregado maior segurança e estabilidade ao sistema financeiro.

Nesse contexto de riscos e controles crescentes, o sistema financeiro internacional tenta cumprir seus objetivos econômicos e sociais sem provocar desequilíbrios que impliquem em situações indesejáveis e de difícil gerenciamento como as crises financeiras.

### 2.3 CRISE FINANCEIRA MUNDIAL DE 2008

Segundo o BACEN, antes da crise, um ambiente de taxas de juros excessivamente baixas e condições financeiras acomodatórias levou ao forte crescimento da alavancagem das economias maduras. Nesse ambiente, instituições financeiras bancárias e não-bancárias, passaram a operar com maior tolerância a risco e busca por retornos elevados, o que levou a exposições consideráveis o mercado hipotecário americano.

De acordo com Hermann (2009), as crises financeiras representam o fim de um ciclo de crescimento econômico e de endividamento. A crise financeira de 2008 foi marcada pela euforia do mercado com as empresas procurando alavancar suas operações. Segundo Júnior, Santos e Ferreira (2010), vários fatores contribuíram para o surgimento e disseminação da crise a nível global. Para Gonçalves (2008), ela teve como causa a falta de pagamentos no sistema de hipotecas dos Estados Unidos.

Júnior, Santos e Ferreira (2010) explicam que o sistema financeiro americano vinha oferecendo maiores facilidades para aquisição da casa própria, inclusive para a população de baixa renda. Este crédito concedido à população de baixa renda é conhecido como subprime, oferecido a quem não oferece garantias suficientes. Os financiamentos possuíam juros progressivos, aumentando a cada prestação, assim a partir de 2007 muitos cidadãos não conseguiram pagar as prestações elevadas.

Quando se percebeu que a taxa de inadimplência estava elevada em decorrência do não pagamento das prestações, a maior parte das instituições que tinham posse dos títulos

lastreados nestas dívidas decidiu por vendê-los. A alta oferta dos títulos no mercado ocasionou a queda nos valores desses papéis, gerando uma crise de liquidez.

De acordo com a ANBIMA, o que parecia um episódio temporário de falta de liquidez de algumas instituições transformou-se em um episódio muito maior de insolvência. A assimetria de informação sobre quem detinha os “ativos tóxicos” contagiou todo o mercado internacional, a liquidez se tornou cada vez mais escassa, dificultando sobremaneira a sobrevivência das instituições alavancadas, acostumadas a rolar seus financiamentos em curto prazo.

Júnior, Santos e Ferreira (2010) afirmam que as injeções de liquidez das autoridades monetárias não foram suficientes para reverter a situação de “empoçamento da liquidez”. As instituições pararam de emprestar, pois havia a desconfiança quanto a situação da instituição tomadora do empréstimo, que poderia estar contaminada com os títulos podres.

De acordo com Capelletto (2006), a contaminação de todo o sistema pelos créditos hipotecários de alto risco tornava-se evidente com prejuízos divulgados pelas instituições financeiras dentro e fora dos Estados Unidos. Com o forte temor, as instituições acabaram por se retraírem. Os bancos e financeiras começaram a emprestar menos, empresas se viam sem capital de giro e os consumidores deixavam de adquirir bens duráveis porque não havia crédito.

Segundo a ANBIMA, em setembro de 2008 a crise se intensificou sobremaneira, transformando-se na maior crise desde a Depressão de 1929. O governo dos EUA anunciou que estatizaria os poderosos bancos hipotecários Fannie Mae e Freddie Mac, que, juntos, carregavam em seus balanços cerca da metade do estoque das hipotecas dos Estados Unidos. Ainda segundo a ANBIMA, o estopim da crise foi a falência do banco Lehman Brothers em 15 de setembro de 2008.

As desastrosas repercussões da falência do Lehman levaram as autoridades econômicas dos EUA a intervirem na sua maior seguradora, a AIG, bem como em diversas outras instituições, dentre as quais a maior instituição de poupança e empréstimo, a Washington Mutual.

Muitas organizações antes vistas como inabaláveis, sucumbiram à crise. De acordo com a ANBIMA, em outras partes do mundo eventos semelhantes ameaçaram sistemas financeiros nacionais, obrigando ações inéditas de autoridades governamentais. O que se viu em 2008 foi uma sucessão de medidas extraordinárias de política econômica, monetária, fiscal e regulatória em quase todos os países, buscando evitar a repetição da Grande Depressão de 1929.

A ANBIMA afirma que a crise deixou evidente a fragilidade do sistema financeiro e sua capacidade para amplificar problemas. Em função dessa constatação, em 2010 foi aprovada nos EUA a Lei Dodd-Frank que identificou as principais falhas na regulação e supervisão financeiras. Ainda segundo a ANBIMA dentre as falhas detectadas, destacam-se: as fraquezas e hiatos na supervisão de empresas financeiras dificultando o monitoramento; as formas de regulação de holdings bancárias focadas em proteger o banco apenas, deixando escapar a firma como um todo; e as firmas como a seguradora AIG, que emitiam depósitos segurados pelo governo, mas escaparam das restrições da regulação do setor bancário, por não serem consideradas bancos.

Enfim, uma crise tão grande resulta sempre da combinação desfavorável de múltiplos erros. Conforme relatório da ANBIMA, a última crise internacional adveio da combinação de desequilíbrios macroeconômicos com inovações financeiras que se desenvolveram enormemente à margem da regulação e supervisão adequadas.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 TIPOLOGIAS DE PESQUISA

Este trabalho é caracterizado metodologicamente como descritivo que, segundo Gil (1999 apud BEUREN, 2008) tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno estabelecendo, também, relações entre variáveis. Além de não ter obrigatoriedade em estabelecer os fenômenos que descreve, mesmo que sirva de base para tal explicação. Ou seja, o estudo descreve, observa e classifica as entidades bancárias utilizadas na elaboração desta pesquisa.

Pode-se dizer que a pesquisa também obedece a um procedimento de cunho bibliográfico, pois objetiva recolher informações e conhecimentos prévios acerca de um problema para o qual se procura resposta, conforme dito por Beuren et al. (2008). A pesquisa bibliográfica para Gil (2002) é desenvolvida a partir de materiais já elaborados constituído de livros e artigos científicos.

Em relação ao método de abordagem do problema, este trabalho enquadra-se no aspecto quantitativo e qualitativo. A abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto no processo de coleta de dados, quanto no tratamento deles, conforme Beuren et al. (2008). “Nas pesquisas qualitativas concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado”, Beuren et al. (2008, p. 92).

#### 3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O processo de amostragem é não probabilístico, pois parte-se de um universo naturalmente restrito. Marques, Manfroi e Castilho (2006), afirmam que essa característica se

faz valer de amostras que se compõem de forma acidental ou intencional, ou seja, os elementos não são selecionados aleatoriamente. De acordo com Beuren et al. (2008 apud MARTINS 2000), através desta tipologia não é possível generalizar os resultados das pesquisas para a população, pois as amostras não probabilísticas não garantem a representatividade da população.

Para alcançar os objetivos propostos, foram levantadas informações contábeis dos 10 maiores bancos de capital aberto do país, conforme relatório do BACEN, no período de 2003 a 2013. Esse levantamento teve a finalidade de resumir os dados, características comportamento do setor bancário brasileiro em função da crise mundial de 2008.

### 3.3 INSTRUMENTO E PROCESSO DE COLETA DE DADOS

Os bancos foram escolhidos a partir do relatório publicado em dezembro de 2013 pelo Banco Central intitulado por “50 Maiores Bancos e o Consolidado do Sistema Financeiro Nacional”. Dentre o universo de 50 organizações relacionadas pelo BACEN, foram escolhidas as 10 primeiras instituições financeiras de capital aberto. O quadro 2 ilustra todas as instituições que compõem a amostra. Vale ressaltar que comumente as empresas serão referidas no estudo por seu nome abreviado, conforme exposto a seguir.

Quadro 2 – Bancos utilizados na pesquisa

NOME DO BANCO	ABREVIÇÃO
Itaú Unibanco Holding S.A	ITAU
Banco Bradesco S.A	BRDESCO
Banco do Brasil S.A	BB
Banco Santander Brasil S.A	SANTANDER
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A	BANRISUL
Banco do Nordeste do Brasil	BNB
Banco ABC Brasil S.A	ABC
Banco da Amazônia S.A	BASA
Banco Daycoval S.A	DAYCOVAL
Banco do Estado do Pará S.A	BANPARA

\*Fonte: elaborado pela autora

Os dados que serviram de alicerce para esta pesquisa foram retirados do sítio da BOVESPA, por meio do acesso as demonstrações financeiras consolidadas, mais especificamente ao Balanço Patrimonial e à Demonstração do Resultado do Exercício do período de 2003 a 2013. As principais informações observadas foram o lucro líquido e o lucro por ação das instituições financeiras estudadas.

Baseados nos dados das demonstrações contábeis da amostra foram descontados do lucro líquido a taxa de inflação divulgada pelo BACEN correspondente a cada ano pesquisado e avaliou-se a taxa efetiva de crescimento do lucro dos bancos ano após ano.

### 3.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

O método limita-se no aspecto temporal, já que a pesquisa foi realizada no período de 2003 a 2013, e se o estudo abrangesse outro intervalo de tempo poderia apresentar um resultado diferente, uma vez que os dados dos bancos variam de ano para ano.

Além disso, este estudo limita-se à análise das informações contábeis divulgadas pelo sítio oficial da BOVESPA, confiando em sua credibilidade, sem realizar qualquer tipo de aferição com informações de outro órgão de divulgação contábil.

## 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Com o objetivo de avaliar os impactos da crise financeira internacional de 2008 sobre o lucro das instituições bancárias que atuam no mercado brasileiro e conforme já explicado na metodologia, foram escolhidos 10 bancos de acordo com o relatório intitulado por “50 Maiores Bancos e o Consolidado do Sistema Financeiro Nacional” publicado anualmente pelo

Banco Central do Brasil. Para facilitar o estudo, as instituições ora analisadas foram divididas em dois grupos, a saber, bancos públicos e privados, conforme a composição de seu capital.

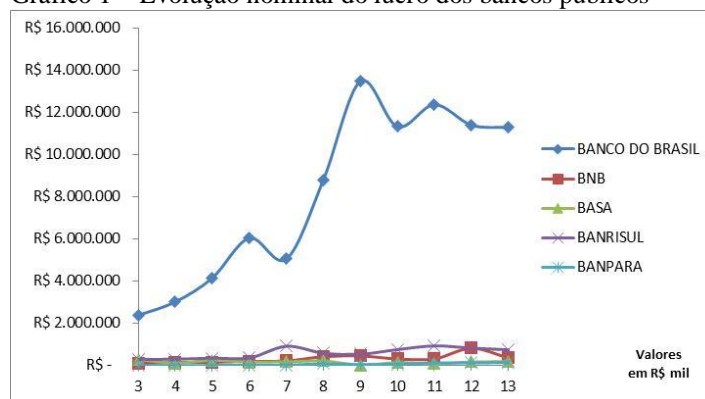
Quadro 3 – Divisão dos bancos públicos e privados

BANCOS PÚBLICOS	BB
	BNB
	BASA
	BANRISUL
	BANPARÁ
BANCOS PRIVADOS	ITAÚ
	BRABESCO
	SANTANDER
	ABC
	DAYCOVAL

Fonte – Elaborado pela autora

Os gráficos 1 e 2 apresentam a evolução nominal do lucro dos bancos públicos. A evolução nominal refere-se ao lucro líquido publicado pela instituição financeira sem considerar a inflação do período. Vale ressaltar que para uma melhor visualização dos dados os bancos públicos serão analisados em momentos distintos. Primeiramente incluindo o BB e posteriormente excluindo-o. A separação faz-se necessária, tendo em vista o elevado lucro do Banco do Brasil, dificultando a análise gráfica das demais instituições.

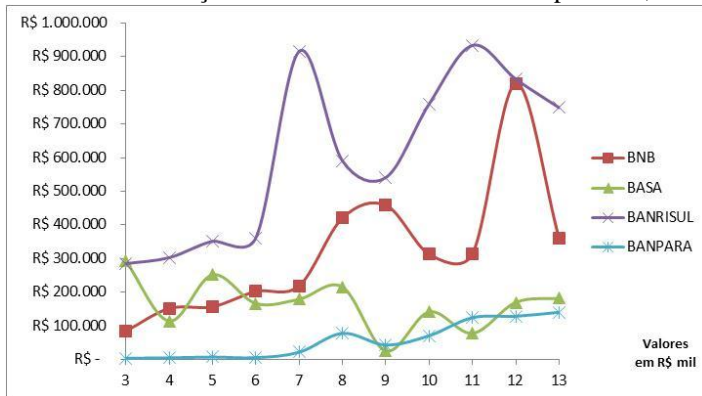
Gráfico 1 – Evolução nominal do lucro dos bancos públicos



Fonte: Elaborado pela autora



Gráfico 2 – Evolução nominal do lucro dos bancos públicos, exceto BB



Fonte: Elaborado pela autora

Podemos perceber analisando o gráfico 1 que entre os anos de 2007 e 2009, o Banco do Brasil registrou aumento em seu lucro. O gráfico 2 evidencia que o BANRISUL registrou uma redução drástica do seu lucro líquido entre o anos de 2007 e 2008. Em consulta as notas explicativas do Banco do Rio Grande do Sul, a redução foi em função da ativação de créditos tributários e débitos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias referente a períodos anteriores. Assim, apesar da crise financeira, o BANRISUL não registrou diminuição de suas receitas. A diretoria do banco publicou em dezembro de 2008, que o desempenho do referido ano reflete um volume maior de receitas de crédito e arrendamento mercantil em relação aos anos anteriores.

O BNB manteve-se constante em seu resultado, registrando aumento entre os anos de 2007 a 2009. Já o Banco da Amazônia (BASA) e o BANPARÁ, registraram diminuição do lucro entre os anos 2008 e 2009, conforme gráfico 1. O Banco do Pará informou que a redução deveu-se ao fato da ativação do crédito tributário e que a instituição registrou aumento das receitas de intermediação financeira.

Como mencionado anteriormente, a evolução nominal não considera a inflação, assim se descontarmos do lucro anual a inflação apurada em cada período o desempenho dos bancos públicos sofrerá alterações, conforme exposto nos gráficos 3 e 4.

A inflação foi retirada do relatório anual do COPOM divulgado no sítio do Banco Central, conforme exposto a seguir.

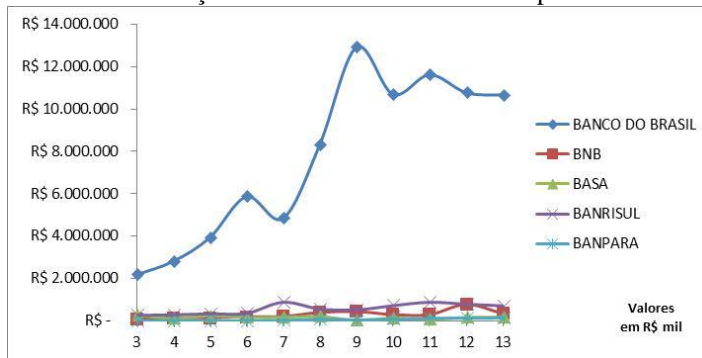
Quadro 4 – Inflação consolidada

INFLAÇÃO	
2003	9,30%
2004	7,60%
2005	5,69%
2006	3,14%
2007	4,46%
2008	5,90%
2009	4,31%
2010	5,91%
2011	6,50%
2012	5,84%
2013	5,91%

Fonte: COPOM

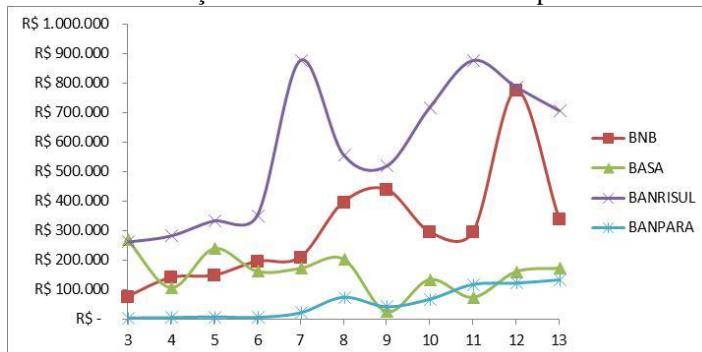
O gráfico 3 evidencia o resultado do Banco do Brasil, descontada a inflação de cada período. O lucro efetivo foi encontrado dividindo-se o lucro nominal pela inflação correspondente.

Gráfico 3 - Evolução efetiva do lucro dos bancos públicos



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 4 - Evolução efetiva do lucro dos bancos públicos

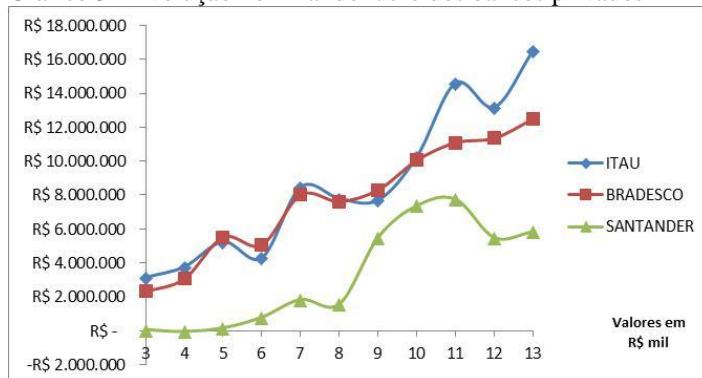


Fonte: Elaborado pela autora

O lucro do BB descontada a inflação permaneceu crescente. O BNB também permaneceu registrando aumento. O desempenho do BASA reduziu drasticamente em 2009, voltando a se recuperar em 2010. Em consulta as notas explicativas do Banco da Amazônia, verificamos que a redução do lucro se dá em função de duas variáveis, a saber: redução na receita de prestação de serviço e diminuição da receita de administração do Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM.

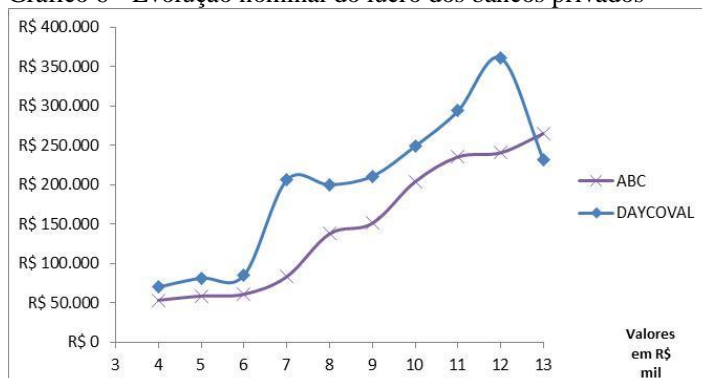
Em relação aos bancos privados, o lucro nominal não sofreu diminuição entre os anos de 2008 e 2009, com exceção do Banco Itaú, no entanto a diminuição foi irrisória, conforme demonstrado no gráfico 5. A análise dos bancos privados, comparado com os bancos públicos também será feita em duas etapas, tendo em vista o porte dos bancos analisados.

Gráfico 5 - Evolução nominal do lucro dos bancos privados



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 6 - Evolução nominal do lucro dos bancos privados



Fonte: Elaborado pela autora

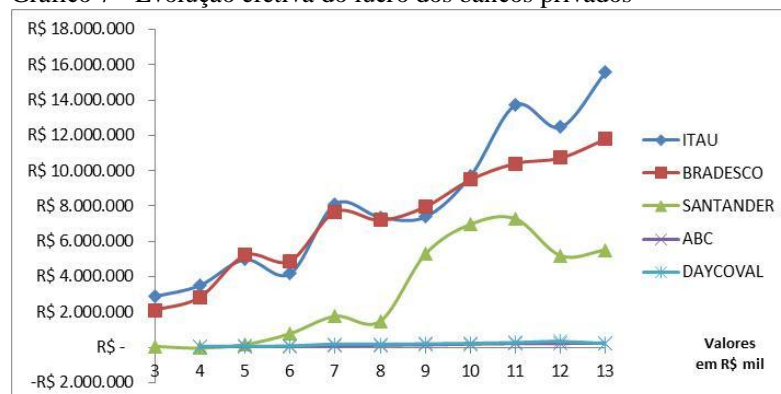
Conforme evidenciado no gráfico 5, o banco Itaú apresentou evolução do lucro entre os anos de 2007 e 2008, com um pequeno decréscimo em 2009. Conforme consulta às notas explicativas divulgadas pelo Banco Itaú Unibanco Holding S.A, a pequena redução no lucro da instituição entre os anos de 2008 e 2009 deveu-se ao aumento da provisão para crédito de liquidação duvidosa ocasionando, por consequência, diminuição da receita financeira líquida após a referida provisão.

O Bradesco, conforme gráfico 5, registrou uma pequena redução do lucro de 2007 para 2008, mas se recuperou em 2009. O Santander manteve o lucro aumentando durante o período de crise.

Os bancos ABC e Daycoval, possuem um porte menor, mas assim mesmo passaram muito bem pela crise financeira, conforme gráfico 6.

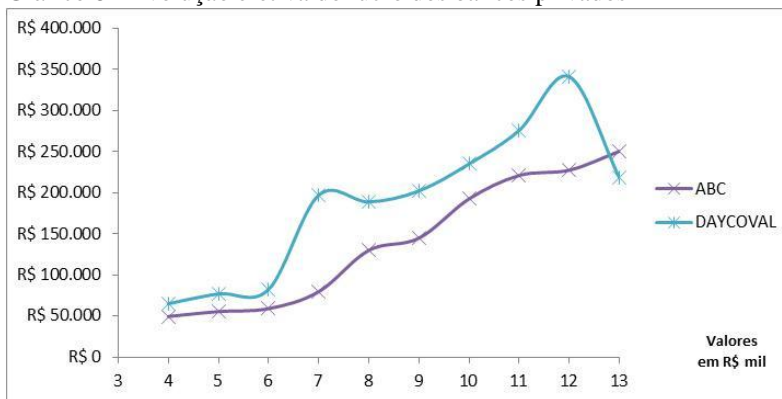
O lucro dos bancos privados quando descontado a inflação acumulada de cada período, permaneceu crescente, conforme exposto nos gráficos 7 e 8. No caso do lucro do banco Itaú que havia sofrido redução, após exclusão da inflação, houve aumento do lucro entre o período da crise.

Gráfico 7 - Evolução efetiva do lucro dos bancos privados



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 8 - Evolução efetiva do lucro dos bancos privados



Fonte: Elaborado pela autora

Como é perceptível, o lucro dos bancos analisados, quer sejam públicos ou privados, pouco sofreram com a influência da crise financeira internacional de 2008. Mesmo os bancos que apresentaram redução do lucro no período da crise, logo se recuperaram. Nenhum dos bancos analisados sofreu prejuízo, nem durante a crise, nem nos anos posteriores. Tal fato demonstra, de certa forma, que os bancos brasileiros foram resistentes aos efeitos negativos da crise mundial. Isso pode ter ocorrido por diversos fatores, entre eles está o fato dos bancos analisados serem múltiplos, ou seja, atuam em diversas áreas, não se limitam a atuação imobiliária, foco principal da crise. Além disso, a captação de recursos das instituições americanas é feita diretamente no mercado através da bolsa de valores.

Segundo a ANBIMA, o sistema financeiro e a economia brasileira passaram muito bem pela crise internacional de 2008. Para o Banco Central, a repercussão da crise sobre a economia brasileira, ainda que relevante, foi relativamente limitada, se comparada com o que ocorreu com diversas outras. Tal resultado foi consequência do embasamento sólido promovido pela regulação e supervisão financeira.

Ainda segundo a ANBIMA, os principais fatores de regulação prudencial que contribuíram para a resiliência do segmento bancário brasileiro durante a crise foram: (i) baixa alavancagem, elevada liquidez e altos padrões de rentabilidade dos bancos brasileiros; (ii) estrutura de capital das instituições financeiras com presença de grande acionistas; (iii)

melhor fiscalização e monitoramento dos bancos por parte do órgão regulador; (iv) estrutura de negociação e liquidação financeira diferenciada, com obrigatoriedade de registro de todas as operações, mesmo as de balcão, com prazos curtos de liquidação, o que provê muito maior transparência e impede que riscos sistêmicos fiquem fora do radar dos reguladores; e (v) mercado de balcão centralizado e organizado com eficiente sistema de segregação de custódia.

O regime regulatório brasileiro permitiu a tomada de medidas reativas que serviram para mitigar os efeitos da crise e garantir solidez as instituições bancárias brasileiras. Segundo o BACEN, as principais medidas foram: liberação dos depósitos compulsórios para irrigar as instituições financeiras percebidas como frágeis e intervenção no mercado cambial, evitando os efeitos nocivos sobre o comércio internacional e a economia real como um todo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da economia brasileira nos últimos anos tem impulsionado o aumento dos resultados obtidos pelas instituições financeiras. Os bancos desempenham papel fundamental na economia, pois são responsáveis por canalizar a poupança dos indivíduos e empresas, além de financiar o consumo e o investimento. O sistema financeiro é condição essencial para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do País.

Nesse sentido, o setor bancário é alvo de diversos estudos e pesquisas, isto porque as instituições financeiras participam de operações que as expõem constantemente a diversos riscos. A sensibilidade das instituições do mercado financeiro e a elevada exposição aos diferentes tipos de risco exigem medidas fiscalizadoras e regulatórias de abrangência global.

Nesse contexto de riscos e controles crescentes, o sistema financeiro internacional tenta cumprir seus objetivos econômicos e sociais sem provocar desequilíbrios que impliquem

em situações indesejáveis e de difícil gerenciamento como as crises financeiras. No entanto, apesar de todo aparato regulatório a crise financeira mundial de 2008 expôs muitas falhas regulatórias e institucionais no centro do sistema financeiro mundial que até aquele momento, não haviam sido percebidas.

Foi a partir desta ideia que se buscou, nesta pesquisa, avaliar os impactos da crise financeira internacional de 2008 sobre o lucro líquido dos principais bancos brasileiros. Foi analisada a Demonstração do Resultado do Exercício do período de 2003 a 2013 de dez bancos brasileiros, entre eles cinco bancos públicos e cinco bancos privados. Com o intuito de aperfeiçoar a análise e evitar possível viés na interpretação dos dados foi descontada do lucro líquido de cada período a inflação correspondente.

Após analisar o lucro das instituições e o desempenho de cada uma delas no decorrer dos anos, mais precisamente entre os anos de 2007 e 2009, constatou-se que os bancos brasileiros passaram muito bem pela crise internacional. A repercussão da crise sobre a economia brasileira, ainda que relevante, foi relativamente limitada, se comparada com o que ocorreu com outras economias, como a dos EUA e da Europa. Tal fato evidencia a solidez do sistema bancário brasileiro.

Vale ressaltar que tal pesquisa encontrou limitações no aspecto temporal, já que se limitou em analisar o período de 2003 a 2013. As empresas analisadas foram instituições financeiras, mas apenas do setor bancário brasileiro, a escolha de outras variáveis poderia alterar os resultados obtidos.

Como sugestão para elaboração de novos trabalhos pode ser feita uma análise de outras variáveis contábeis que não apenas o lucro líquido. Além da inserção de mais instituições financeiras.

## REFERÊNCIAS

ANBIMA, Relatório. *O sistema financeiro e a economia brasileira durante a grande crise de 2008*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.anbima.com.br/mostra.aspx/?id=1000001380>>. Acesso em: 05 abril 2014.

BACEN, Trabalho para discussão. Considerações sobre a atuação do Banco Central na crise de 2008. Brasília, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/wps202.pdf>>. Acesso em: 10 abril 2014.

BEUREN, Ilse Maria. *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa. Brasília-DF, 05 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 10 abril 2014.

BRASIL. Lei da Reforma Bancária, Lei nº 4.595, de 1964. Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Brasília-DF, 31 dez. 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4595.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4595.htm)>. Acesso em: 05 abril 2014.

BACEN. Resolução nº 3.380, de 2006. Dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional. Brasília-DF, 29 jul. 2006. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2006/pdf/res\\_3380\\_v2\\_L.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2006/pdf/res_3380_v2_L.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2014.

BACEN. Resolução nº 2.099, de 1994. Aprova regulamentos que dispõem sobre as condições relativamente ao acesso ao Sistema Financeiro Nacional, aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, à instalação de dependências e à obrigatoriedade da manutenção de patrimônio líquido ajustado em valor compatível com o grau de risco das operações ativas das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Brasília-DF, 17 ago. 1994. Disponível em: <[www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1994/pdf/res\\_2099\\_v25\\_L.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1994/pdf/res_2099_v25_L.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2014.

BARBOSA, Fábio. *O papel dos bancos*. Folha de São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me0512201015.htm>>. Acesso em: 20 maio 2014.

CAPELLETTO, Lucio Rodrigues. *Mensuração do risco sistêmico no setor bancário com utilização de variáveis contábeis e econômicas*. 2006. 267 f. Dissertação (Doutorado em Ciências Contábeis) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-25112006-074910/pt-br.php>>. Acesso em: 15 abr. 2014.



CARNEIRO, Fábio Lacerda; VIVAN, Gilneu Francisco Astolfi; KRAUSE, Kathleen. *O novo acordo da Basiléia – um estudo de caso para o contexto brasileiro*. BACEN, Brasília-DF, 2004. Disponível em:

<[http://www4.bcb.gov.br/pre/inscricaoContaB/trabalhos/O%20Novo%20Acordo%20de%20Basil%C3%A9ia\\_um%20estudo%20de%20caso%20para%20o%20contexto%20brasileiro.pdf](http://www4.bcb.gov.br/pre/inscricaoContaB/trabalhos/O%20Novo%20Acordo%20de%20Basil%C3%A9ia_um%20estudo%20de%20caso%20para%20o%20contexto%20brasileiro.pdf)>

Acesso em: 20 abr. 2014.

CARVALHO, Fernando J. Cardim. *Inovação financeira e regulação prudencial: da regulação de liquidez aos acordos da Basiléia*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em:

<[http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/inovacao\\_financieira\\_e\\_regulacao.pdf](http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/inovacao_financieira_e_regulacao.pdf)>. Acesso em: 20

abr. 2014.

FILHO, José Fernandes Ribeiro. *Avaliação de eficiência do segmento bancário brasileiro através da análise envoltória de dados*. 2012. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Disponível em:

<<http://www.sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/monografias.jsf>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

FORTUNA, Eduardo. *Mercado Financeiro: Produtos e Serviços*. 17. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009.

GITMAN, Lawrence J. *Princípios de Administração Financeira*. 7. ed. São Paulo: HARBRA, 1997.

GONTIJO, Cláudio; OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. *Subprime: os 100 dias que abalaram o capital financeiro mundial e os efeitos da crise sobre o Brasil*. Belo Horizonte, 2011. Disponível em:

<[www.portaldoeconomista.org.br/uploads/Subprime\\_versao\\_2011.pdf](http://www.portaldoeconomista.org.br/uploads/Subprime_versao_2011.pdf)>.

Acesso em: 10 abr. 2014.

GONÇALVES, Reinaldo. *Crise econômica: Radiografia e soluções para o Brasil*. 2008 Disponível em: <<http://laurocampos.org.br/portal/images/arquivo/crisereinaldo.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

HERMANN, Jennifer. *Da liberalização à crise financeira norte-americana: a morte anunciada chega ao Paraíso*. Revista de economia política. São Paulo, 2009. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572009000100008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572009000100008&script=sci_arttext)>.

Acesso em: 25 abr. 2014.

JORION, Philippe. *Value at Risk: a nova fonte de referência para a gestão do risco financeiro*. Tradução Thierry Barbe. 2º ed. São Paulo: BM&F, 2003.

JUNIOR, Wilson Mouro Rodrigues; SANTOS, Marcelo Costa dos; FERREIRA, Jorge Leandro Delconte. *Impacto da crise financeira de 2008/2009 nos principais bancos de capital aberto no Brasil*. FECILCAM, out. 2010. Disponível em:

<[http://www.fecilcam.br/nupem/anais\\_v\\_epct/PDF/ciencias\\_sociais/12\\_JUNIOR\\_SANTOS\\_FERREIRA.pdf](http://www.fecilcam.br/nupem/anais_v_epct/PDF/ciencias_sociais/12_JUNIOR_SANTOS_FERREIRA.pdf)>.

Acesso em: 25 abr. 2014.

KRUGMAN, Paul. Introdução à Economia. São Paulo: Elsevier, 2008. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/krugman\\_p\\_e\\_wells\\_r\\_introducao\\_a\\_economia\\_editora\\_campus\\_2006\\_cap\\_36.pdf](http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/krugman_p_e_wells_r_introducao_a_economia_editora_campus_2006_cap_36.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2014.

MARTINS, Claudemir. *O sistema bancário nacional brasileiro e as influências da crise financeira mundial de 2008*. 2010. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia291717>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

MARQUES, Heitor Romero; MANFROI, José; CASTILHO, Maria Augusta de. Metodologia da pesquisa e do trabalho científico. FATEC SENAI, Mato Grosso do Sul, 2006. Disponível em: <[http://www.fatec.ms.senai.br/site/arquivos/docente/2\\_318\\_76206.pdf](http://www.fatec.ms.senai.br/site/arquivos/docente/2_318_76206.pdf)>. Acesso em: 25 mai. 2014.

MENDONÇA, Ana Rosa Ribeiro de. *Regulação prudencial e redes de proteção: transformações recentes no Brasil*. Unicamp, São Paulo, jan/jun. 2006. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=113&tp=a>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

NETO, Alexandre Assaf. Mercado Financeiro. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

REIS, Solange Garcia dos; MARTINS, Eliseu. Planejamento do balanço bancário: desenvolvimento de um modelo matemático de otimização do retorno econômico ajustado ao risco. Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI – FEA – USP 2001. Disponível em: <[http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad26/Revista\\_26\\_parte4.pdf](http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad26/Revista_26_parte4.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2014.

## APÊNDICE A – LUCRO LÍQUIDO DOS BANCOS PÚBLICOS

EVOLUÇÃO NOMINAL DO LUCRO DOS BANCOS PÚBLICOS						
ANO	BANCO DO BRASIL	BNB	BASA	BANRISUL	BANPARA	
2003	R\$ 2.380.982	R\$ 84.715	R\$ 292.868	R\$ 285.435	R\$ 4.242	
2004	R\$ 3.024.006	R\$ 152.069	R\$ 114.851	R\$ 303.224	R\$ 5.486	
2005	R\$ 4.153.602	R\$ 157.386	R\$ 252.425	R\$ 351.947	R\$ 7.849	
2006	R\$ 6.043.777	R\$ 202.734	R\$ 167.157	R\$ 361.659	R\$ 6.080	
2007	R\$ 5.058.119	R\$ 219.744	R\$ 179.766	R\$ 916.381	R\$ 22.177	
2008	R\$ 8.802.869	R\$ 421.029	R\$ 215.850	R\$ 590.873	R\$ 78.397	
2009	R\$ 13.479.390	R\$ 459.012	R\$ 26.300	R\$ 541.096	R\$ 43.695	
2010	R\$ 11.330.345	R\$ 313.590	R\$ 142.163	R\$ 760.253	R\$ 71.295	
2011	R\$ 12.376.912	R\$ 314.799	R\$ 78.568	R\$ 934.171	R\$ 124.868	
2012	R\$ 11.405.317	R\$ 820.492	R\$ 170.306	R\$ 833.709	R\$ 129.022	
2013	R\$ 11.288.834	R\$ 360.357	R\$ 182.498	R\$ 748.970	R\$ 140.865	

\*Valores em R\$ mil

EVOLUÇÃO REAL DO LUCRO DOS BANCOS PÚBLICOS						
ANO	BANCO DO BRASIL	BNB	BASA	BANRISUL	BANPARA	
2003	R\$ 2.178.392	R\$ 77.507	R\$ 267.949	R\$ 261.148	R\$ 3.881	
2004	R\$ 2.810.414	R\$ 141.328	R\$ 106.739	R\$ 281.807	R\$ 5.099	
2005	R\$ 3.929.986	R\$ 148.913	R\$ 238.835	R\$ 332.999	R\$ 7.426	
2006	R\$ 5.859.780	R\$ 196.562	R\$ 162.068	R\$ 350.649	R\$ 5.895	
2007	R\$ 4.842.159	R\$ 210.362	R\$ 172.091	R\$ 877.255	R\$ 21.230	
2008	R\$ 8.312.435	R\$ 397.572	R\$ 203.824	R\$ 557.954	R\$ 74.029	
2009	R\$ 12.922.433	R\$ 440.046	R\$ 25.213	R\$ 518.738	R\$ 41.890	
2010	R\$ 10.698.088	R\$ 296.091	R\$ 134.230	R\$ 717.829	R\$ 67.317	
2011	R\$ 11.621.514	R\$ 295.586	R\$ 73.773	R\$ 877.156	R\$ 117.247	
2012	R\$ 10.775.999	R\$ 775.219	R\$ 160.909	R\$ 787.707	R\$ 121.903	
2013	R\$ 10.658.893	R\$ 340.248	R\$ 172.314	R\$ 707.176	R\$ 133.004	

\*Valores em R\$ mil

## APÊNDICE B – LUCRO LÍQUIDO DOS BANCOS PRIVADOS

EVOLUÇÃO NOMINAL DO LUCRO DOS BANCOS PRIVADOS						
ANO	ITAU	BRADESCO	SANTANDER	ABC	DAYCOVAL	
2003	R\$ 3.151.820	R\$ 2.306.339	R\$ 73.641			
2004	R\$ 3.775.616	R\$ 3.060.151	-R\$ 41.109	R\$ 53.410	R\$ 70.115	
2005	R\$ 5.251.334	R\$ 5.514.074	R\$ 176.318	R\$ 58.714	R\$ 81.534	
2006	R\$ 4.308.927	R\$ 5.054.040	R\$ 803.619	R\$ 61.000	R\$ 85.082	
2007	R\$ 8.473.604	R\$ 8.009.724	R\$ 1.845.396	R\$ 83.285	R\$ 206.017	
2008	R\$ 7.803.483	R\$ 7.620.238	R\$ 1.580.613	R\$ 137.843	R\$ 200.150	
2009	R\$ 7.706.907	R\$ 8.300.843	R\$ 5.507.964	R\$ 151.154	R\$ 211.088	
2010	R\$ 10.272.015	R\$ 10.052.193	R\$ 7.385.574	R\$ 204.075	R\$ 249.172	
2011	R\$ 14.610.000	R\$ 11.089.442	R\$ 7.755.853	R\$ 235.599	R\$ 293.994	
2012	R\$ 13.191.000	R\$ 11.351.694	R\$ 5.493.224	R\$ 240.919	R\$ 361.359	
2013	R\$ 16.522.000	R\$ 12.486.138	R\$ 5.848.124	R\$ 265.417	R\$ 231.584	

\*Valores em R\$ mil

EVOLUÇÃO REAL DO LUCRO DOS BANCOS PRIVADOS						
ANO	ITAU	BRADESCO	SANTANDER	ABC	DAYCOVAL	
2003	R\$ 2.883.641	R\$ 2.110.100	R\$ 67.375			
2004	R\$ 3.508.937	R\$ 2.844.007	-R\$ 38.205	R\$ 49.638	R\$ 65.163	
2005	R\$ 4.968.620	R\$ 5.217.214	R\$ 166.826	R\$ 55.553	R\$ 77.144	
2006	R\$ 4.177.746	R\$ 4.900.175	R\$ 779.154	R\$ 59.143	R\$ 82.492	
2007	R\$ 8.111.817	R\$ 7.667.743	R\$ 1.766.605	R\$ 79.729	R\$ 197.221	
2008	R\$ 7.368.728	R\$ 7.195.692	R\$ 1.492.552	R\$ 130.163	R\$ 188.999	
2009	R\$ 7.388.464	R\$ 7.957.859	R\$ 5.280.380	R\$ 144.908	R\$ 202.366	
2010	R\$ 9.698.815	R\$ 9.491.260	R\$ 6.973.443	R\$ 192.687	R\$ 235.268	
2011	R\$ 13.718.310	R\$ 10.412.622	R\$ 7.282.491	R\$ 221.220	R\$ 276.051	
2012	R\$ 12.463.152	R\$ 10.725.334	R\$ 5.190.121	R\$ 227.626	R\$ 341.420	
2013	R\$ 15.600.038	R\$ 11.789.385	R\$ 5.521.786	R\$ 250.606	R\$ 218.661	

\*Valores em R\$ mil